ELO SERVIÇOS S.A.

CNPJ Nº 09.227.084/0001-75

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras.

VISÃO GERAL

A Elo Serviços S.A. (**"Elo"** ou "**Companhia**") foi fundada em 2011 pelo Banco do Brasil S.A. ("**Banco do Brasil**"), pelo Banco Bradesco S.A. ("**Bradesco**") e pela Caixa Econômica Federal ("**Caixa**"), três das maiores instituições brasileiras de serviços financeiros, com a intenção de estabelecer uma alternativa local perante os principais players do mercado e democratizar o acesso aos meios de pagamento digitais pouco explorados no Brasil. A Companhia acredita que ser detida e administrada localmente lhe confere uma capacidade única de entender as necessidades locais de seus clientes, incluindo emissores, adquirentes, fintechs, varejistas e titulares de cartões, e a ter maior flexibilidade para responder de forma rápida e eficaz às mudanças na dinâmica do mercado.

Ao longo dos anos, a Companhia evoluiu para além de uma bandeira de cartões. Atualmente, além de administrar um portfólio completo de bandeiras de cartões de débito, crédito e pré-pagos amplamente aceitas no país, incluindo Elo Básico, Elo Mais, Elo Grafite, Elo Nanquim e Elo *Diners*, atendendo tanto clientes pessoas físicas quanto jurídicas, a Elo também oferece uma gama de serviços e soluções tecnológicas em meios de pagamento. Esses serviços incluem consultorias especializadas, prevenção a fraudes, tokenização, processamento de transações, entre outros, e tem o objetivo de impulsionar resultados através da diversificação de receitas da Companhia, fortalecer parcerias e contribuir com a aceleração de negócios de seus parceiros. A criação da Elo Consultoria e Soluções Ltda., subsidiária integral da Companhia dedicada a serviços de maior valor agregado, reforça o compromisso da Elo em ampliar sua atuação para além da bandeira.

A Companhia atua como um hub tecnológico no ecossistema de pagamentos, garantindo o fluxo seguro e eficiente de informações entre consumidores, estabelecimentos e instituições financeiras. Sustentada por investimentos contínuos em inovação e no desenvolvimento de novas soluções e arranjos, opera uma infraestrutura robusta e aderente aos mais altos padrões regulatórios, fortalecendo sua posição como uma das líderes em tecnologia de pagamentos no Brasil. Além disso, mantém relacionamento ativo com reguladores e entidades do setor, contribuindo para a evolução das práticas e normas que impulsionam a competição e o desenvolvimento do mercado.

Prêmios e Reconhecimento

- Nota B no CDP (Carbon Disclosure Project), organização internacional que avalia como empresas em todo o mundo medem, gerenciam e divulgam seus impactos, riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas. Em 2025 evoluímos de D para B, indicando a transição de um estágio inicial para um nível avançado de gestão climática, com políticas mais robustas, governança fortalecida e integração do tema à estratégia do negócio.
- Vencedora do Prêmio Reclame Aqui pelo segundo ano consecutivo nos quesitos de atendimento e boas práticas na relação com os clientes na categoria "Cartões de Crédito", uma das principais seções dentro do ecossistema de "Bancos e Cartões", que reúne os temas mais importantes deste mercado. Além disso, a companhia também figura em primeiro lugar no ranking do Reclame Aqui em "Melhores Emissoras e Bandeiras de Cartão de Crédito".
- Elo ficou no TOP30, de companhias mais eficientes em trinta setores da economia brasileira, da Veja Negócios e primeiro lugar no setor de meios de pagamentos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Volume Transacionado

O volume transacionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 atingiu a marca de R$ 310,9 bilhões, apresentando uma redução de 6,7% em comparação ao exercício de 2024. Essa variação decorre da queda de base ativa do débito, e, consequentemente, do volume de débito. Em contrapartida, o crédito apresentou crescimento de 11,8% no volume ao longo do exercício.

Receita Líquida

A receita líquida consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 atingiu a marca de R$ 1.599,2 milhões, apresentando uma redução de 6,2% em comparação ao exercício de 2024, que totalizou em R$ 1.704,0 milhões. Essa queda é atribuída principalmente ao menor volume transacionado, compensado parcialmente pelo crescimento de 45,0% em receita com serviços.

Custos

Os custos de serviços prestados, no consolidado, totalizaram R$ 287,7 milhões, representando uma redução de 22,1% comparado com R$ 369,2 milhões para o exercício de 2024. Essa variação se deve, principalmente, a menores custos com processamento e serviços devido a eficiência transacional advinda do desenvolvimento da plataforma própria de processamento e menores custos com benefícios ao portador no período.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais, no consolidado, totalizaram R$ 547,3 milhões, representando um aumento de 4,3% em relação ao exercício de 2024 em linha com a inflação do período.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizou R$ 92,5 milhões positivos, um aumento de 17,4% quando comparado com o exercício de 2024, que totalizou R$ 78,9 milhões positivos. Essa variação é explicada principalmente por (i) aumento em receitas financeiras, reflexo do aumento de 3,4p.p. no CDI médio, 14,3% em 2025 e 10,9% em 2024, compensado parcialmente por (ii) aumento de despesas financeiras diante de impostos sobre maior receita com aplicações e (iii) referente à variação cambial negativa.

Lucro Líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Elo registrou lucro líquido consolidado de R$ 586,7 milhões, redução de 1,2% em relação ao mesmo período de 2024.

Política de Equidade de Gênero e Diversidade

Em atendimento às disposições introduzidas pela Lei nº 15.177/2025, a Administração apresenta, a seguir, as informações relativas à política de equidade de gênero e diversidade da Companhia.

Diretrizes Gerais

A Companhia mantém política voltada à promoção da equidade de gênero e da diversidade, fundamentada em critérios técnicos, meritocráticos e isonômicos, assegurando igualdade de oportunidades no acesso, desenvolvimento e remuneração de seus colaboradores e administradores.

Composição do Quadro de Colaboradores

A Companhia mantém práticas voltadas à promoção da equidade de gênero e da diversidade, fundamentada em critérios técnicos, meritocráticos e isonômicos, assegurando igualdade de oportunidades no acesso, desenvolvimento e remuneração de seus colaboradores e administradores.

Composição do Quadro de Colaboradores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição do quadro de colaboradores da Companhia era a seguinte:

	2025			2024		
Nível hierárquico	**Total de colaboradores**	**Mulheres**	**% Mulheres**	**Total de colaboradores**	**Mulheres**	**% Mulheres**
Diretor	08	03	38%	10	05	50%
Superintendente/ consultor sênior	22	09	41%	23	10	43%
Gerente executivo/consultor	34	14	41%	32	13	41%
Gerente/especialista II	85	46	54%	92	46	50%
Coordenador/especialista I	156	62	40%	177	76	43%
Analistas	354	152	43%	354	153	43%
Assistente	06	06	100%	09	06	67%
Estagiário	36	19	53%	58	31	53%
Aprendiz	06	03	50%	–	–	–
Total	**707**	**314**	**44%**	**755**	**340**	**45%**

Administração e Órgãos de Governança

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição dos órgãos de administração era a seguinte:

	2025			2024		
Órgão	**Total de membros**	**Mulheres**	**% Mulheres**	**Total de membros**	**Mulheres**	**% Mulheres**
Conselho da administração	09	02	22%	09	02	22%
Diretoria estatutária	03	01	33%	05	01	20%
Total	**12**	**3**	**25%**	**14**	**3**	**21%**

A Companhia acompanha continuamente a evolução desses indicadores, observando as disposições legais aplicáveis e as melhores práticas de governança.

Remuneração por Gênero

A Administração informa que a política de remuneração da Companhia é baseada em critérios objetivos, tais como responsabilidade do cargo, complexidade das funções, desempenho individual e resultados corporativos, não havendo distinção remuneratória em razão de gênero.

De forma consolidada, a proporção salarial da mulher em relação ao homem por nível hierárquico apresenta a seguinte segregação:

	Proporção Salarial 2025		Proporção Salarial 2024	
Nível	**Salário-base**	**Remuneração**	**Salário-base**	**Remuneração**
Diretor	1,02	1,02	0,90	0,80
Superintendente/consultor sênior	0,93	0,93	0,93	0,93
Gerente executivo/consultor	1,02	1,02	1,08	1,08
Gerente/especialista II	0,88	0,88	0,92	0,92
Coordenador/especialista I	0,94	0,94	0,95	0,95
Analistas	0,89	0,89	0,90	0,90
Assistente	1,00	1,00	1,01	1,01
Estagiário	1,00	1,00	1,00	1,00
Aprendiz	1,00	1,00	–	–

*Devido as informações de remuneração serem confidenciais para atendimento a esse indicador, a Companhia divulga apenas a proporção salarial

Perspectivas e Compromissos

A Administração reafirma seu compromisso com a promoção da diversidade e da equidade de gênero, buscando continuamente o aprimoramento de suas políticas internas, em consonância com a legislação vigente e com os princípios de governança corporativa.

Perspectivas

Para o exercício seguinte, a Companhia seguirá focada na sustentabilidade de suas operações, na disciplina financeira e no fortalecimento de suas práticas de governança, visando à geração de valor para acionistas e demais partes interessadas.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em consonância com a Instrução CVM nº 162/22, informamos que, durante o período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contratou serviços de auditoria independente da KPMG.

A política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Elo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Elo declara que os auditores independentes foram contratados para prestar outros serviços além dos relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras da Elo Serviços, sendo a asseguração sobre o Modelo de Apuração da Margem de Contribuição da Elo e sobre o Modelo de Apuração da Participação dos Resultados da Elo Serviços S.A. e asseguração sobre o Relatório de Sustentabilidade no modelo de Relato Integrado.

A contratação atende ao requisito de governanç a corporativa da Companhia, que determina que para a realização de qualquer serviço que não seja de auditoria externa pelo auditor independente, após a avaliação e manifestação de inexistência de conflito de interesses e/ou quebra dos fundamentos que norteiam sua independência, por parte dos próprios auditores, a contratação com detalhamento de escopo e sua justificativa, a proposta comercial é submetida ao Comitê de Auditoria para avaliação de eventuais conflitos e possibilidade de realização dos serviços adicionais e/ou extraordinários sem que seja afetado o caráter de independência.

Os serviços propostos são permitidos e estão em consonância com as regras de independência com base no seguinte: (i) as transações objeto de asseguração são identificadas e fornecidas sob responsabilidade da Administração; (ii) o Auditor independente não assume papel ativo em nenhuma negociação ou elaboração das informações objeto de asseguração; (iii) o Auditor independente não faz representações em nome da Elo; (iv) os resultados da asseguração não impactarão as demonstrações financeiras da Elo e não são submetidos à própria revisão do Auditor Independente; (v) o Auditor não faz nenhum tipo de modelagem ou desenvolvimento de rotinas relacionadas as transações objeto de asseguração; e (vi) o resultado do trabalho é factual. Adicionalmente, na Elo, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa passa pela aprovação do Comitê de Auditoria.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	719.769	1.048.576	733.639	1.048.576
Contas a receber	6	248.099	232.969	248.645	232.969
Imposto de renda e contribuição social	22	51.969	29.160	52.109	29.160
Impostos a recuperar	7	12.453	15.862	12.620	15.862
Despesas antecipadas	8	78.595	60.159	78.595	60.159
Outros créditos	9	19.195	20.458	19.272	20.458
Total do ativo circulante		**1.130.080**	**1.407.184**	**1.144.880**	**1.407.184**
Não circulante					
Despesas antecipadas	8	265.200	180.399	265.200	180.399
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.b	104.465	216.072	104.950	216.072
Outros créditos	9	4.595	4.397	4.595	4.397
Investimento	10	13.855	–	–	–
Imobilizado	11	9.840	11.130	9.947	11.130
Intangível	12	109.629	107.992	109.629	107.992
Direitos de uso	13.1	1.732	3.803	1.893	3.803
Total do ativo não circulante		**509.316**	**523.793**	**496.214**	**523.793**
Total do Ativo		**1.639.396**	**1.930.977**	**1.641.094**	**1.930.977**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante					
Fornecedores		74.116	33.310	68.611	33.310
Salários e encargos	14	91.952	79.468	95.460	79.468
Imposto de renda e contribuição social	22	24.671	8.006	26.347	8.006
Impostos a recolher	15	32.889	29.330	34.134	29.330
Provisões para demandas judiciais	16.1	7.591	6.883	7.591	6.883
Dividendos propostos	21.c	264.355	29.689	264.355	29.689
Passivo de arrendamento	13.2	1.792	1.897	1.943	1.897
Incentivos	18	194.071	489.679	194.071	489.679
Receita diferida	19	9.553	22.569	9.553	22.569
Outras contas a pagar	20	35.950	79.473	36.193	79.473
Total do passivo circulante		**736.940**	**780.304**	**738.258**	**780.304**
Não circulante					
Salários e encargos	14	16.731	26.119	17.111	26.119
Passivo de arrendamento	13.2	13	1.929	13	1.929
Provisões para demandas judiciais	16.1	26.332	19.956	26.332	19.956
Total do passivo não circulante		**43.076**	**48.004**	**43.456**	**48.004**
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a	342.627	342.627	342.627	342.627
Reserva legal	21.b	68.525	68.525	68.525	68.525
Reserva de expansão	21.b	275.868	127.422	275.868	127.422
Reserva de lucros	21.c	172.360	564.095	172.360	564.095
Total do patrimônio líquido		**859.380**	**1.102.669**	**859.380**	**1.102.669**
Total do Passivo e patrimônio líquido		**1.639.396**	**1.930.977**	**1.641.094**	**1.930.977**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais, Exceto o Lucro Líquido por Ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Receita operacional líquida	23	1.599.294	1.703.997	1.599.160	1.703.997
Custo dos serviços prestados	24	(293.963)	(369.242)	(287.679)	(369.242)
Lucro bruto		**1.305.331**	**1.334.755**	**1.311.481**	**1.334.755**
Despesas (receitas) operacionais					
Despesas com vendas	24	(210.800)	(189.979)	(210.800)	(189.979)
Despesas gerais e administrativas	24	(335.933)	(334.911)	(336.509)	(334.911)
Resultado com equivalência patrimonial		3.855	–	–	–
Outras receitas/(despesas) líquidas		7.380	(2.186)	7.382	(2.186)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**769.833**	**807.679**	**771.554**	**807.679**
Receitas financeiras	25	105.838	85.500	106.150	85.500
Despesas financeiras	25	(11.089)	(8.231)	(11.109)	(8.231)
Resultado com variação cambial	25	(2.500)	1.581	(2.500)	1.581
Resultado financeiro, líquido		**92.249**	**78.850**	**92.541**	**78.850**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**862.082**	**886.529**	**864.095**	**886.529**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	22.a	(163.760)	(427.965)	(166.258)	(427.965)
Diferidos	22.a	(111.607)	135.220	(111.122)	135.220
Lucro Líquido do Exercício		**586.715**	**593.784**	**586.715**	**593.784**
Resultado por ação					
Resultado por ação - básico e diluído	21.d	**0,23**	**0,24**	**0,23**	**0,24**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de expansão	Outras reservas de lucros	Lucro do período	Total Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**21**	**342.627**	**68.525**	**–**	**480.700**	**–**	**891.852**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	593.784	**593.784**
Destinação do lucro líquido:							
Reserva para expansão		–	–	127.422	(127.422)	–	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		–	–	–	–	(29.689)	**(29.689)**
Dividendos pagos		–	–	–	(353.278)	–	**(353.278)**
Lucro a disposição da assembleia		–	–	–	564.095	(564.095)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**21**	**342.627**	**68.525**	**127.422**	**564.095**	**–**	**1.102.669**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	586.715	**586.715**
Destinação do lucro líquido:							
Reserva para expansão		–	–	148.446	(148.446)	–	**–**
Dividendos pagos		–	–	–	(415.649)	–	**(415.649)**
Dividendos intermediários propostos		–	–	–	–	(264.355)	**(264.355)**
Dividendos intermediários pagos		–	–	–	–	(150.000)	**(150.000)**
Lucro a disposição da assembleia		–	–	–	172.360	(172.360)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**342.627**	**68.525**	**275.868**	**172.360**	**–**	**859.380**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Resultado do exercício	**586.715**	**593.784**	**586.715**	**593.784**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	**586.715**	**593.784**	**586.715**	**593.784**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**862.082**	**886.529**	**864.095**	**886.529**
Ajuste por:					
Provisão para perdas de crédito esperadas, líquida de reversões	6	119	(293)	119	(293)
Valor residual do imobilizado baixado	11	221	–	221	
Equivalência patrimonial	10	(3.855)	–	–	–
Juros sobre arrendamento	13.2	298	153	303	153
Provisão para demandas judiciais	16	7.735	9.234	7.735	9.234
Receita diferida	19	(22.720)	(8.677)	(22.720)	(8.677)
Depreciações e amortizações	24	27.529	40.001	27.551	40.001
Outros		(2.500)	276	(2.500)	276
(Aumento)/redução nos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber	6	(15.249)	(12.207)	(15.795)	(12.207)
Impostos a recuperar	7 / 22	(19.400)	(2.765)	(19.707)	(2.765)
Despesas antecipadas	8	(103.237)	9.181	(103.237)	9.181
Outros créditos	9	1.065	14.129	988	14.129
Fornecedores		40.806	19.060	35.301	19.060
Salários e encargos	14	3.096	19.848	6.984	19.848
Imposto e contribuições a recolher	15 / 22	(61.227)	(97.090)	(60.140)	(97.090)
Incentivos	18	(295.608)	379.426	(295.608)	379.426
Receita diferida	19	9.704	–	9.704	–
Outras contas a pagar		(43.523)	16.937	(43.280)	16.937
Caixa proveniente das operações		**385.336**	**1.273.742**	**390.014**	**1.273.742**
Impostos de renda e contribuição social pagos		(82.320)	(340.797)	(82.985)	(340.797)
Pagamento de demandas judiciais	16	(651)	(6.587)	(651)	(6.587)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		**302.365**	**926.358**	**306.378**	**926.358**
(Aumento)/redução nas atividades de investimentos					
Aquisição de Imobilizado	11	(3.095)	(2.585)	(3.212)	(2.585)
Aquisição de intangível	12	(22.919)	(26.180)	(22.919)	(26.180)
Aporte de capital em controlada	10	(10.000)	–	–	–
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		**(36.014)**	**(28.765)**	**(26.131)**	**(28.765)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos pagos	21.c	(595.338)	(353.278)	(595.338)	(353.278)
Pagamento de arrendamentos	13.2	(2.320)	(3.634)	(2.346)	(3.634)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(597.658)**	**(356.912)**	**(597.684)**	**(356.912)**
Variação líquida dos fluxos de caixa		**(331.307)**	**540.681**	**(317.437)**	**540.681**
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial de caixa e equivalente de caixa		1.048.576	508.171	1.048.576	508.171
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		2.500	(276)	2.500	(276)
Saldo final de caixa e equivalente de caixa		719.769	1.048.576	733.639	1.048.576
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		**(331.307)**	**540.681**	**(317.437)**	**540.681**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Receitas					
Vendas brutas de produtos e serviços		1.839.780	1.995.530	1.841.169	1.995.530
Outras receitas		14.483	12.857	14.485	12.857
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	6	(119)	293	(119)	293
		1.854.144	**2.008.680**	**1.855.535**	**2.008.680**
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	24	(234.035)	(313.054)	(224.093)	(313.054)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(257.049)	(246.705)	(257.603)	(246.705)
Outras despesas		(7.812)	(16.325)	(7.812)	(16.325)
		1.355.248	**1.432.596**	**1.366.027**	**1.432.596**
Valor adicionado bruto					
Depreciação e amortização	24	(27.528)	(40.001)	(27.551)	(40.001)
Valor adicionado líquido produzido		**1.327.720**	**1.392.595**	**1.338.476**	**1.392.595**
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	10	3.855	–	–	–
Receitas financeiras	25	105.838	85.500	106.150	85.500
Valor adicionado total a distribuir		**1.437.413**	**1.478.095**	**1.444.626**	**1.478.095**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal	24	**330.345**	**303.267**	**334.002**	**303.267**
Remuneração direta		256.949	238.384	260.290	238.384
Benefícios		59.293	52.442	59.405	52.442
FGTS		14.103	12.441	14.307	12.441
Impostos, taxas e contribuições		**511.338**	**578.375**	**514.888**	**578.375**
Federais		468.722	527.786	472.001	527.786
Municipais		42.616	50.589	42.887	50.589
Remuneração de capitais de terceiros		**9.015**	**2.669**	**9.021**	**2.669**
Juros e variações cambiais		8.569	2.524	8.575	2.524
Aluguéis		446	145	446	145
Remuneração de capitais próprios		**586.715**	**593.784**	**586.715**	**593.784**
Dividendos		414.355	29.689	414.355	29.689
Lucros retidos		172.360	564.095	172.360	564.095
Valor adicionado distribuído		**1.437.413**	**1.478.095**	**1.444.626**	**1.478.095**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Elo Serviços S.A. ("Companhia", "Elo" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil que tem como acionista a Elo Holding do Brasil Ltda., conforme detalhado na nota 21.a. O endereço registrado do escritório da Companhia é Alameda Xingu, 512, 5º e 6° andar, Edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Barueri, São Paulo.

A Elo Serviços S.A. é uma companhia 100% brasileira do segmento de Soluções de Pagamento criada em 2011 e tem o intuito de viabilizar a realização de pagamentos entre as diversas partes da cadeia: Consumidores, Estabelecimentos, Bancos Emissores, Credenciadores e empresas de tecnologia que fazem parte do ecossistema, tendo seus controladores como principais emissores de cartões de débito e crédito com a bandeira Elo.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de sua única controlada, Elo Consultoria e Soluções Ltda. ("Controlada"), sobre a qual a Companhia detém 100% de participação do capital social, exercendo controle direto conforme definido pelo CPC/IFRS.

As principais informações sobre a controlada Elo Consultoria e Soluções Ltda. estão apresentadas na Nota 10.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho da Administração, em 13 de fevereiro de 2026.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para aplicações financeiras que foi mensurada a valor justo.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas nas notas explicativas. As áreas que requerem maior grau de julgamento e maior complexidade e as áreas em que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na Nota ***2.8. Uso de estimativas e julgamentos contábeis***.

Para fins destas demonstrações financeiras consolidadas, o termo "Grupo" refere-se, em conjunto, à Companhia e à sua única controlada, Elo Consultoria e Soluções Ltda. Todas as informações financeiras e operacionais aqui apresentadas refletem as atividades e resultados combinados de ambas as entidades.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelo Grupo.

As demonstrações consolidadas do Grupo estão sendo apresentadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro 2025, em decorrência do aporte de capital em sociedade investida (veja Nota 10) e da consequente caracterização de grupo econômico sujeito a consolidação nos termos do CPC/IFRS.

As informações comparativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 correspondem exclusivamente às demonstrações individuais da controladora, uma vez que, naquele período, não existia grupo econômico sujeito à consolidação, não sendo aplicável, portanto, a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas.

A apresentação das informações comparativas dessa forma atende ao disposto no CPC/IFRS, preservando a comparabilidade das informações, na medida do possível, e refletindo adequadamente a evolução da estrutura societária do Grupo.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de Reais (R$), moeda funcional do Grupo, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pelas taxas de câmbio da moeda funcional na data do balanço. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado.

Itens não monetários que são mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio nas datas das transações iniciais.

2.3. Demonstração do valor adicionado

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.4. Base de consolidação

Os investimentos em entidades compreendem participações em coligadas e estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre empresas consolidadas (incluindo a controladora) e participação da controladora no patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras consolidadas como nas individuais da controladora.

2.5. Novas normas, alterações e interpretações das normas contábeis com adoção iniciada em 1º de janeiro de 2025.

As normas e alterações que passaram a vigorar a partir de períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos materiais às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, são elas:

- Alterações ao CPC 02 (R2) / IAS 21 Falta de Conversibilidade entre moedas: a norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2025.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes.

As seguintes alterações e interpretação das normas contábeis que foram publicadas pelo IASB e CPC, não resultaram em impacto para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo:

- CBPS 01/IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade: essa norma apresenta a estrutura conceitual base para a divulgação de informações materiais sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, em toda a cadeia de valor de uma entidade. O objetivo é ajudar os principais usuários de relatórios financeiros - investidores atuais e em potencial e credores em geral da entidade, incluindo bancos - a tomar suas decisões relacionadas à alocação de recursos. No âmbito internacional, a norma passa a ter obrigatoriedade para períodos anuais de reporte iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. No Brasil, aplica-se a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026 sendo permitida a adoção antecipada, de forma voluntária.

- CBPS 02 / IFRS S2 - Divulgações relacionadas ao clima: trata-se da primeira norma temática emitida pelo ISSB sobre requisitos para divulgação de informações relativas a riscos e oportunidades especificamente relacionados ao clima que possam afetar suas perspectivas no curto, médio e longo prazo. A norma se baseia nos princípios abrangentes do IFRS S1 e foi criada devido à grande preocupação global em relação ao clima. No âmbito internacional, a norma passa a ter ob

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ELO SERVIÇOS S.A. PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

continuação

3.2.2. Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- *Solely Payments of Principal and Interest (*"SPPI"): uma das condições para se classificar um instrumento Financeiro ao custo amortizado, SPPI ocorre quando termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação e nem seja contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável o ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base o valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;
- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecida no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.2.3. Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou;
- o Grupo não mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.2.4. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir o custo capitalizado de empréstimos para ativos qualificáveis.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e telecomunicações	5 anos
Direito de uso sobre bens	3-6 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados pelo Grupo ao final de cada exercício de divulgação e ajustados de forma prospectiva, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando alienado ou quando são esperados benefícios econômicos futuros do seu uso ou alienação. Qualquer ganho ou perda na alienação (calculado como a diferença entre o valor líquido da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em "Outras Receitas / (despesas)" na demonstração do resultado quando um ativo é baixado.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

3.4. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais. Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, ou com base no prazo dos contratos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos pelo Grupo a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados se necessário, conforme os benefícios econômicos futuro dos contratos. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Software, projetos corporativos e aplicativos	5 - 10 anos

3.5. *Impairment* de ativos não-financeiros

A administração revisa anualmente e/ou quando ocorre um evento específico, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar uma redução ao valor recuperável.

Caso existam tais evidências e o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

Tais perdas são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

3.6. Benefícios a empregados

Previdência complementar

O Grupo é copatrocinador de um plano de pensão PGBL (Plano de Previdência Privada Empresarial Não Dedutível para Fins de Imposto de Renda) com contribuição definida. A obrigação legal ou construtiva do Grupo para este plano está limitada apenas às contribuições. As contribuições são feitas com base em um percentual da remuneração dos funcionários. Os pagamentos à contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que dão direito a esses pagamentos são prestados.

Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o atingimento das metas definidas pela Presidência e/ou Conselho de Administração. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contructive obligation*).

Bônus de longo prazo

O Grupo possui uma política de remuneração de longo prazo para os diretores e superintendentes que tem como objetivo direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais stakeholders. A remuneração terá seu valor definido em função do atingimento de metas acordadas com o Conselho de Administração.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

De acordo com a legislação tributária brasileira, a compensação de prejuízos pode ser utilizada para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não tem prazo de validade.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar as diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. O valor contábil dos ativos de impostos diferidos é revisado a cada data de apresentação e um ativo de imposto diferido é reconhecido na extensão em que seja provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo ou parte dos impostos diferidos ativos sejam utilizados. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de apresentação e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua utilização.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados pelo valor líquido quando há direito legal ou contratualmente exigível de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, e os impostos diferidos estão relacionados à mesma entidade tributável e sujeitos à mesma autoridade fiscal.

3.8. Ativos contingentes e provisão para processos judiciais

Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisão para contingências

São classificados como provisão para contingências prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, é provável uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. As provisões para contingências classificadas como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

3.9. Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são aplicações em gastos que tenham realização no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como os prêmios de seguro, assinatura de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, incentivos comerciais para promover o fortalecimento da Marca Institucional Elo, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

3.10. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de incentivos, descontos comerciais e outras deduções similares.

Todas as receitas do Grupo, observam o modelo de 5 etapas para o reconhecimento, conforme descrito abaixo:

- Etapa 1: Identificação do contrato;
- Etapa 2: Identificação das obrigações de desempenho;
- Etapa 3: Alocação do preço da transação;
- Etapa 4: Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho;
- Etapa 5: Reconhecimento da receita

Desta forma, o Grupo classifica suas receitas em dois tipos: transacionais e receita de serviços.

Receita transacional

É gerada em transações nacionais e internacionais por meio da cobrança de tarifas dos emissores de cartões e adquirentes com base na quantidade de transações e, principalmente, nos valores do volume transacionado. A receita transacional é registrada em um momento específico, pois o serviço é prestado quando uma compra é gerada em cartões ou outros dispositivos que carregam a bandeira do Grupo.

Receita de serviços

Incluem serviços de valor agregado para suportar os clientes. Esses serviços incluem tarifas antifraude, tarifas de conectividade, tarifas de consultoria e outras taxas de serviços. O reconhecimento da receita de serviços é registrado quando o serviço é prestado ou disponibilizado ao cliente ou no período em que ocorrem as operações de pagamento envolvendo o serviço específico.

Incentivos

São acordos comerciais com parceiros estratégicos para promover o fortalecimento da Marca Institucional Elo, além de ações promocionais, ativação, uso e preferência do cartão Elo. Os acordos oferecem descontos e incentivos financeiros quando os clientes atingem determinados níveis de volume de transações ou número de novos cartões ativos, além de outros incentivos de suporte, que estão vinculados ao desempenho do cliente. Diferentes fatores são considerados para estimular o desempenho do cliente, incluindo transações realizadas, emissão de cartões e volumes de conversão de cartões como prioridade. Esses tipos de incentivos são registrados como redutores da receita e são reconhecidos pelo prazo contratual.

O reconhecimento dos incentivos variáveis é feito de acordo com a geração de volumes transacionado ou cartões para o mês de referência. Além disso, existem outros tipos de incentivos que não estão alinhados com a geração de volume, como incentivos para desenvolvimento técnico, acordos comerciais e marketing. A contabilização dos demais incentivos é realizada por meio de cláusulas contratuais que variam de acordo com cada contrato e é registrada como redutora da receita na demonstração do resultado.

3.11. Arrendamento mercantil

O Grupo possui arrendamento de seu escritório e equipamentos. Contratos de aluguel são normalmente fixados em períodos entre 1 e 6 anos, mas podem conter cláusulas com possibilidade de extensão. Em um mesmo contrato podem existir itens que sejam arrendados e itens não arrendados. O Grupo faz as alocações contábeis de acordo com os preços unitários de cada componente levando em consideração o que é arrendamento e o que não é. No entanto, para arrendamentos de imóveis para os quais o Grupo é arrendatária, o Grupo optou por não separar os componentes de arrendamento e os não arrendamentos e, em vez disso, contabiliza-os como um único componente de arrendamento.

Os termos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm diferentes condições. Os contratos de arrendamento não impõem outras cláusulas além das garantias sobre os ativos arrendados que são detidos pelo arrendador. Os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

Passivos de arrendamentos

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem efetuados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores que se espera que sejam pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que desencadeia o pagamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa de empréstimo incremental na data de início do arrendamento se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinável. Após a data de início, o valor dos passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, alteração no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos fixos de arrendamento em substância ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo subjacente.

Para determinar a taxa de empréstimo incremental, o Grupo:

- sempre que possível, usa financiamentos de terceiros recentes recebidos pelo arrendatário como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido.
- usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada pelo risco de crédito quando o arrendatário individual não possui financiamento recente de terceiros; e
- faz ajustes específicos para o arrendamento, por exemplo: prazo, país, moeda etc.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos variáveis de arrendamento com base em um índice ou taxa, que não são incluídos no passivo de arrendamento até que entrem em vigor. Quando os ajustes nos pagamentos de arrendamento com base em um índice ou taxa entram em vigor, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado contra o ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamento são alocados entre principal e custo financeiro. A despesa financeira é debitada ao resultado durante o período do arrendamento de forma a produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo para seus arrendamentos de propriedades de curto prazo (ou seja, aqueles arrendamentos que têm um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de ativos de baixo valor para arrendamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

Ativo de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento feitos na data de início ou antes, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. A menos que o Grupo esteja razoavelmente certa de obter a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados linearmente pelo menor entre sua vida útil estimada e o prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

4. Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo a Diretoria Executiva composta por 5 diretores estatutários no fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo um deles o Diretor Presidente (CEO). As decisões da Diretoria Executiva são tomadas por maioria de votos, com base nas políticas e diretrizes aprovadas junto ao Conselho de Administração.

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Considerando que todas as decisões são baseadas em relatórios consolidados, e que todas as decisões relacionadas a planejamento estratégico e financeiro, compras, investimentos e alocação de recursos são feitos de forma consolidada, o Grupo atua em um único segmento, como agente de serviços financeiros, sendo que sua principal receita está relacionada às vendas para o mercado interno.

O volume das transações do mercado nacional representou 99,84% e 99,86% para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, respectivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui três clientes que, individualmente, representam mais de 10% da receita líquida e juntos representam aproximadamente 38,14% da receita líquida (em dezembro de 2024 eram cinco clientes que representavam mais de 10% da receita líquida e juntos eram aproximadamente 65,04% da receita líquida).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fundos de investimentos (b) (d)	703.232	900.006	716.953	900.006
Moeda nacional	13.809	30.690	13.958	30.690
Moeda estrangeira (a)	2.728	7.128	2.728	7.128
Certificado de depósito bancário - CDB´s (c) (d)	–	110.752	–	110.752
	719.769	**1.048.576**	**733.639**	**1.048.576**

(a) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX publicada no último dia útil do mês pelo Banco Central do Brasil.

(b) As aplicações em fundos de investimentos não exclusivos são administradas pelo Banco Bradesco S.A., BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Caixa Econômica Federal, e possuem liquidez diária. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

(c) As aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB) estão classificadas no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentar liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate remunerados ao Certificado de Depósito Interbancário Brasileiro (CDI). Os valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

(d) Os fundos de investimentos e os certificados de depósito bancário são classificados ao valor justo (nota 26.2)

Os rendimentos obtidos com depósitos de curto prazo em transações com partes relacionadas estão descritos na Nota 17.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fee Elo - Credenciadores - (a)	151.015	138.286	151.015	138.286
Fee Elo Emissores - (b)	93.839	86.013	93.839	86.013
Outras contas a receber	3.073	9.005	4.167	9.005
Partes relacionadas	626	–	78	–
PECLD - (c)	(454)	(335)	(454)	(335)
	248.099	**232.969**	**248.645**	**232.969**

(a) Valores referente ao Fee da bandeira com o credenciador, que é gerado sobre as transações de compras nos cartões ou outros dispositivos que carregam a marca da Controladora. O cálculo é feito com base na quantidade e no valor das transações. Este valor é registrado no momento de processamento das transações financeiras.

(b) Valores referente ao Fee da bandeira com o emissor, que é gerado sobre as transações de compras nos cartões ou outros dispositivos que carregam a marca da Controladora. O cálculo é feito com base na quantidade e no valor das transações. Este valor é registrado mensalmente dentro do mês de competência em que ocorre o processamento das transações financeiras.

(c) O Grupo reconheceu provisão de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) no contas a receber, considerando a capacidade de pagamento da contraparte.

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Crédito de COFINS (a)	7.326	9.872	7.463	9.872
Outros	3.536	3.847	3.536	3.847
Crédito de PIS (a)	1.591	2.143	1.621	2.143
	12.453	**15.862**	**12.620**	**15.862**

(a) Valores referente ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição Social sobre as Receitas (COFINS) recuperável em atividades de transação, estabelecido pela Lei 10.637/2002.

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Incentivos (a)	310.627	216.431	310.627	216.431
Software e aplicativos (b)	26.844	18.198	26.844	18.198
Serviços profissionais (c)	3.475	3.568	3.475	3.568
Campanhas de marketing geral (d)	2.849	2.361	2.849	2.361
	343.795	**240.558**	**343.795**	**240.558**
Circulante	78.595	60.159	78.595	60.159
Não circulante	265.200	180.399	265.200	180.399

(a) Valores referente a pagamentos efetuados para clientes no âmbito de acordos comerciais, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os termos dos respectivos contratos.

(b) Valores referentes a pagamento de manutenção de licenças e softwares.

(c) Valores referentes a pagamento de serviços profissionais de terceiros.

(d) Valores referentes a pagamento de campanhas de marketing, mídia, eventos e patrocínios.

9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento Transacionais (a)	13.497	14.379	13.497	14.379
Adiantamento a fornecedores	4.382	3.199	4.382	3.199
Depósitos garantias (b)	3.464	3.898	3.464	3.898
Adiantamento a funcionários	1.626	3.317	1.703	3.317
Depósitos judiciais	821	62	821	62
	23.790	**24.855**	**23.867**	**24.855**
Circulante	19.195	20.458	19.272	20.458
Não circulante	4.595	4.397	4.595	4.397

(a) Valores referentes a serviços de saque com o objetivo de manter a movimentação financeira em caixas eletrônicos. Esta transação gera receitas que são incluídas na Receita bruta com serviços apresentada na nota 23.

(b) Em abril de 2016, a Controladora iniciou uma parceria com a DFS Services LLC ("Discover") com o objetivo de garantir o processamento de todas as transações no exterior. Este saldo é referente a garantia para operação internacional.

10. Investimento

Em 02 de outubro de 2025, a Companhia integralizou capital no valor de R$ 10.000 (dez milhões de reais) para a constituição da Elo Consultoria e Soluções Ltda., na qual detém 100% de participação no capital social. A nova sociedade tem por objetivo social a prestação de serviços relacionados a tecnologia e soluções de pagamento em geral, consultoria em meios de pagamento e naturezas financeiras, análise de informações para apoio a negócios e a intermediação e agenciamento de serviços e negócios por meio de plataforma eletrônicas.

Abaixo é apresentada a controlada direta da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Investimentos	13.855	–	–	–
	13.855	**–**	**–**	**–**

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos contábeis da controlada direta apresentava os seguintes valores:

	Controladora 2025						
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Quantidade de ações/ quotas (mil)	Participação no capital social	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Elo Consultoria	10.000	13.855	3.855	–	100%	13.855	3.855
Total						**13.855**	**3.855**

11. Imobilizado

Descrição	Taxa depreciação (a.a.)	2024	Adições	Baixa	Controladora 2025
Custo					
Instalações	10%	3.817	10	–	3.827
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.862	940	–	3.802
Equipamentos de comunicação	20%	4.070	79	(22)	4.127
Equipamentos de processamento de dados	20%	26.449	2.066	(199)	28.316
Outras imobilizações	20%	3.087	–	–	3.087
Total		**40.285**	**3.095**	**(221)**	**43.159**
Depreciação					
Instalações	10%	(3.280)	(266)	–	(3.546)
Móveis e equipamentos de uso	10%	(2.224)	(264)	–	(2.488)
Equipamentos de comunicação	20%	(3.190)	(403)	–	(3.593)
Equipamentos de processamento de dados	20%	(17.446)	(3.275)	85	(20.636)
Outras imobilizações	20%	(3.015)	(60)	19	(3.056)
Total		**(29.155)**	**(4.268)**	**104**	**(33.319)**
Total imobilizado, líquido		**11.130**	**(1.173)**	**(117)**	**9.840**

Descrição	Taxa depreciação (a.a.)	2024	Adições	Baixa	Consolidado 2025
Custo					
Instalações	10%	3.817	10	–	3.827
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.862	940	–	3.802
Equipamentos de comunicação	20%	4.070	81	(22)	4.129
Equipamentos de processamento de dados	20%	26.449	2.181	(199)	28.431
Outras imobilizações	20%	3.087	–	–	3.087
Total		**40.285**	**3.212**	**(221)**	**43.276**
Depreciação					
Instalações	10%	(3.280)	(266)	–	(3.546)
Móveis e equipamentos de uso	10%	(2.224)	(264)	–	(2.488)
Equipamentos de comunicação	20%	(3.190)	(403)	–	(3.593)
Equipamentos de processamento de dados	20%	(17.446)	(3.285)	85	(20.646)
Outras imobilizações	20%	(3.015)	(60)	19	(3.056)
Total		**(29.155)**	**(4.278)**	**104**	**(33.329)**
Total imobilizado, líquido		**11.130**	**(1.173)**	**(117)**	**9.947**

Não ocorreram transferências nos ativos imobilizados durante os períodos apresentados.

Descrição	Taxa depreciação (a.a)	2023	Adições	Controladora 2024
Custo				
Instalações	10%	3.817	–	3.817
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.859	3	2.862
Equipamentos de comunicação	20%	4.070	–	4.070
Equipamentos de processamento de dados	20%	23.867	2.582	26.449
Outras imobilizações	20%	3.087	–	3.087
Total		**37.700**	**2.585**	**40.285**
Depreciação				
Instalações	10%	(2.858)	(422)	(3.280)
Móveis e equipamentos de uso	10%	(1.948)	(276)	(2.224)
Equipamentos de comunicação	20%	(2.651)	(539)	(3.190)
Equipamentos de processamento de dados	20%	(14.382)	(3.064)	(17.446)
Outras imobilizações	20%	(2.754)	(261)	(3.015)
Total		**(24.593)**	**(4.562)**	**(29.155)**
Total imobilizado, líquido		**13.107**	**(1.977)**	**11.130**

Não ocorreram transferências nos ativos imobilizados durante

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ELO SERVIÇOS S.A. PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

continuação

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos dos passivos de arrendamento e suas respectivas despesas financeiras, dos ativos de direito de uso e suas respectivas despesas de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
IPCA	4,31%	4,31%
Ativo de arrendamento:		
Fluxo sem inflação	1.732	1.893
Fluxo com inflação	1.807	1.975
Passivo de arrendamento:		
Fluxo sem inflação	1.792	1.943
Fluxo com inflação	1.869	2.027
Despesas financeiras:		
Fluxo sem inflação	298	303
Fluxo com inflação	311	316
Despesas de depreciação:		
Fluxo sem inflação	1.978	1.990
Fluxo com inflação	2.063	2.076

14. Salários e encargos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Participação nos resultados (a)	75.735	73.700	78.252	73.700
Encargos	18.304	17.002	18.946	17.002
Provisão de férias	13.488	14.114	14.217	14.114
Outros	1.156	771	1.156	771
	108.683	**105.587**	**112.571**	**105.587**
Circulante	91.952	79.468	95.460	79.468
Não circulante	16.731	26.119	17.111	26.119

(a) Valores referente a provisões de participação no resultado a curto e longo prazo.

15. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
COFINS	15.989	15.516	16.631	15.516
IRRF - salários	4.909	3.810	5.165	3.810
ISS	4.348	4.260	4.516	4.260
PIS	3.451	3.348	3.590	3.348
Outros tributos a recolher	4.192	2.396	4.232	2.396
	32.889	**29.330**	**34.134**	**29.330**

16. Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

16.1 Processos com perda provável

A composição das provisões para processos judiciais é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Tributárias	29.857	23.480	29.857	23.480
Trabalhistas e previdenciárias	2.167	958	2.167	958
Cíveis	1.899	2.401	1.899	2.401
	33.923	**26.839**	**33.923**	**26.839**
Circulante	7.591	6.883	7.591	6.883
Não circulante	26.332	19.956	26.332	19.956

a. Processos tributários

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados em montantes suficientes para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados.

b. Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e material. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas, ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Companhia.

c. Processos trabalhistas e previdenciários

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros. A Companhia realiza a provisão nos processos em que tenha sido condenada e/ou possa ser exigido depósito judicial para garantia de execução.

16.2 Movimentação das demandas com perda provável

A movimentação da provisão para o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Tributárias	Totais
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**622**	**1.725**	**21.845**	**24.192**
Adições	785	1.841	5.541	8.167
Atualizações	122	537	1.633	2.292
Baixas por pagamento	(571)	(477)	(5.539)	(6.587)
Reversões	–	(1.225)	–	(1.225)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**958**	**2.401**	**23.480**	**26.839**
	Trabalhistas e previdenciárias	**Cíveis**	**Tributárias**	**Totais**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**958**	**2.401**	**23.480**	**26.839**
Adições	1.251	573	3.915	5.739
Atualizações	845	1.173	2.462	4.480
Baixas por pagamento	–	(651)	–	(651)
Reversões	(887)	(1.597)	–	(2.484)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.167**	**1.899**	**29.857**	**33.923**

16.3 Processos judiciais classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de perda.

A Companhia é parte envolvida em ações trabalhistas e cíveis envolvendo riscos classificados pelos assessores jurídicos como perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. A Companhia é parte em ações tributárias envolvendo riscos classificados pela administração como perdas possíveis.

Neste contexto 581 processos estão avaliados como risco de perda possível em 31 de dezembro de 2025 (647 em 31 de dezembro de 2024), sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente.

Passivos contingentes classificados como perda possível	2025	2024
Trabalhista	74	52
Cíveis (a)	5.594	1.689
	5.668	**1.741**

(a) Os principais processos ativos na carteira cível da Elo, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, classificados com perda possível, em sua maioria, estão relacionados as matérias do código de defesa do consumidor, notadamente, decorrem de questões advindos da relação dos portadores dos cartões com os respectivos emissores.

17. Partes relacionadas

As partes relacionadas correspondem a transações como contas a receber e contas a pagar dos bancos emissores dos acionistas (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal), controladora (Elo Holding do Brasil Ltda), controlada (Elo Consultoria e Soluções Ltda.) e empresas ligadas nas quais os acionistas controladores detêm participações societárias. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não registrou nenhuma perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes relacionada aos valores devidos por partes relacionadas por entender que não há risco de crédito significativo sobre os saldos em aberto.

As operações com partes relacionadas são realizadas de acordo com condições estabelecidas em contratos específicos, que definem os termos comerciais, prazos e demais condições aplicáveis, observados critérios de mercado e legislação vigente.

A tabela a seguir apresenta as transações com partes relacionadas:

	Controladora				Consolidado			
	Ativo (Passivo)		Receita (Despesas)		Ativo (Passivo)		Receita (Despesas)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5) (a)								
Caixa e bancos								
Banco Bradesco S.A.	5.668	7.922	(561)	(609)	5.801	7.922	(561)	(609)
Banco do Brasil S.A.	48	22.833	(3)	(3)	58	22.833	(4)	(3)
Caixa Econômica Federal	8.156	6	–	–	8.161	6	–	–
Aplicações financeiras								
Banco Bradesco S.A.	519.532	789.887	76.605	58.918	533.252	789.887	76.916	58.918
Banco do Brasil S.A.	93.158	110.118	10.848	7.782	93.158	110.118	10.848	7.782
Caixa Econômica Federal	90.543	110.752	4.592	13.042	90.543	110.752	4.592	13.042
Contas a receber (nota 6) (b)								
Banco Bradesco S.A.	18.832	37.470	188.999	445.851	18.832	37.470	188.999	445.851
Banco do Brasil S.A.	31.375	24.103	348.630	295.883	31.375	24.103	348.630	295.883
Caixa Econômica Federal	12.123	10.344	154.330	273.228	12.123	10.344	154.330	273.228
Cielo S.A.	20.100	21.666	218.054	224.914	20.226	21.666	218.189	224.914
Bradescard S.A.	1.129	1.234	7.232	5.746	1.129	1.234	7.232	5.746
Alelo Instituição de Pagamento S.A.	242	1.001	14.602	8.659	242	1.001	14.602	8.659
Banco Digio S.A.	1.898	239	3.753	1.086	1.898	239	3.753	1.086
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	–	–	1	–	–	–	1	–
Elo Consultoria e Soluções Ltda.	–	–	12.146	–	–	–	–	–
Outros créditos (nota 9)								
Banco Bradesco S.A.	1.194	123	–	–	1.194	123	–	–
Banco do Brasil S.A.	210	196	–	–	210	196	–	–
Caixa Econômica Federal	53	30	538	184	53	30	538	184
Dividendos a pagar (nota 21.c)								
Elo Participações Ltda.	(176.232)	(16.945)	–	–	(176.232)	(16.945)	–	–
Caixa Econômica Federal	(88.123)	(12.295)	–	–	(88.123)	(12.295)	–	–
Bradescard S.A.	–	(449)	–	–	–	(449)	–	–
Incentivos (nota 18) (c)								
Caixa Econômica Federal	(85.788)	(162.803)	(27.450)	(150.514)	(85.788)	(162.803)	(27.450)	(150.514)
Banco Bradesco S.A.	(19.055)	(158.246)	(14.977)	(134.472)	(19.055)	(158.246)	(14.977)	(134.472)
Banco do Brasil S.A.	(49.820)	(51.453)	(176.746)	(160.757)	(49.820)	(51.453)	(176.746)	(160.757)
Banco Digio S.A.	–	–	(865)	–	–	–	(865)	–
Bradescard S.A.	–	(822)	(70)	(822)	–	(822)	(70)	(822)
Alelo Instituição de Pagamento S.A.	(861)	(541)	(1.197)	–	(861)	(541)	(1.197)	–
Cielo S.A.	–	–	(2.029)	–	–	–	(2.029)	–
Receita diferida (nota 19)								
Caixa Econômica Federal	(4.023)	(11.874)	(10.000)	(292)	(4.023)	(11.874)	(10.000)	(292)
Banco Bradesco S.A.	(1.875)	(6.143)	(7.544)	(6.906)	(1.875)	(6.143)	(7.544)	(6.906)
Banco do Brasil S.A.	(4.657)	(7.238)	(5.176)	(1.479)	(4.657)	(7.238)	(5.176)	(1.479)
Bradescard Elo Participações S.A.	(209)	(174)	–	–	(209)	(174)	–	–
Outras contas a pagar (nota 20)								
Banco Bradesco S.A.	(194)	(69)	(4.600)	(5.868)	(194)	(69)	(4.600)	(5.868)
Banco do Brasil S.A.	(9.949)	–	(1.700)	(1.658)	(9.949)	–	(1.700)	(1.658)
Caixa Econômica Federal	–	–	(2.788)	(1.632)	–	–	(2.788)	(1.632)
Cielo S.A.	–	(9.713)	(35.901)	(117.158)	–	(9.713)	(35.901)	(117.158)
Alelo Instituição de Pagamento S.A.	(13)	(1)	–	–	(13)	(1)	–	–
Livelo S.A.	(1.365)	(52)	–	–	(1.365)	(52)	–	–
Elo Consultoria e Soluções Ltda.	(7.212)	–	(548)	–	–	–	–	–
Elo Holding do Brasil Ltda.	–	–	(77)	–	–	–	(77)	–

(a) Caixa e equivalentes de caixa (depósitos e fundos de investimento). O saldo em fundos de investimento está alocado no Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal.

(b) Contas a Receber: basicamente, refere-se ao montante de recebível relacionado às taxas dos cartões da empresa com os emissores, que é gerado através de compras realizadas com os cartões ou outros dispositivos que carregam a marca da Companhia, como descrito anteriormente na Nota 6.

(c) Incentivos: refere-se ao montante a pagar relacionado aos incentivos quando os consumidores atingem certo nível de volume transacionado ou número de novos cartões ativos, assim como outras métricas de incentivo, que estão ligadas a performance do consumidor.

17.1 Remuneração da Administração

A remuneração dos Administradores inclui salários, benefícios de curto prazo e bônus de longo prazo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e benefícios de curto prazo	28.820	19.763	28.820	19.763
Bônus de longo prazo	6.668	2.502	6.668	2.502
	35.488	**22.265**	**35.488**	**22.265**

18. Incentivos

Referem-se a acordos comerciais com clientes, os quais são reconhecidas na demonstração do resultado, de acordo com os respectivos contratos ou de acordo com o volume transacionado e número de cartões emitidos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Incentivos (a)	194.071	489.679	194.071	489.679
	194.071	**489.679**	**194.071**	**489.679**

As movimentações dos incentivos são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Inicial	**489.679**	**110.253**	**489.679**	**110.253**
Constituição (b)	364.446	560.615	364.446	560.615
Pagamentos	(660.054)	(181.189)	(660.054)	(181.189)
Saldo Final	**194.071**	**489.679**	**194.071**	**489.679**

(a) Os incentivos apresentados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 contém transações com partes relacionadas, conforme apresentado na nota 17.

(b) A redução no período está relacionada a assinatura de contrato de incentivos com partes relacionadas no período.

19. Receita diferida

Referem-se a receitas com consultoria, os quais são reconhecidas na demonstração do resultado, de acordo com as respectivas realizações.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita diferida (a)	9.553	22.569	9.553	22.569
	9.553	**22.569**	**9.553**	**22.569**

(a) As receitas diferidas apresentadas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 contém transações com partes relacionadas, conforme apresentado na nota 17.

As movimentações das receitas diferidas são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Inicial	**22.569**	**31.246**	**22.569**	**31.246**
Constituição	9.704	–	9.704	–
Realização	(22.720)	(8.677)	(22.720)	(8.677)
Saldo Final	**9.553**	**22.569**	**9.553**	**22.569**

20. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Processamento e serviços (a)	26.009	65.827	26.252	65.827
Marketing e publicidade (b)	9.079	8.943	9.079	8.943
Outras contas a pagar	862	4.703	862	4.703
	35.950	**79.473**	**36.193**	**79.473**

(a) Refere-se aos custos associados ao processamento de transações e à prestação de serviços. A redução observada no período deve-se à conclusão da plataforma transacional desenvolvida internamente (para mais informações, consulte a Nota 10), o que resultou na diminuição dos custos de processamento durante o período.

(b) Referente a campanhas de marketing, mídia, eventos e patrocínios.

21. Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social era de R$ 342.627 (R$ 342.627 em 31 de dezembro de 2024) representado por 2.511.157.588 ações, sendo 1.255.578.794 ações ordinárias e 1.255.578.794 ações preferenciais. O Estatuto Social da Companhia divulga os direitos das ações ordinárias e preferenciais conforme abaixo:

• Ações ordinárias: cada ação ordinária confere direito de voto ao acionista na assembleia geral da Companhia.

• Ações preferenciais: cada ação preferencial tem prioridade no retorno do capital, porém não tem direito a voto na assembleia geral da Companhia.

Em 26 de agosto de 2025, foi registrada no Livro de Registro de Ações da Companhia, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, artigos 100 e seguintes, a alteração da composição acionária sem alteração do capital social.

A Elo Holding Brasil Ltda., é uma sociedade limitada criada em outubro de 2025, que atua como empresa controladora do grupo Elo.

	2025		2024	
Acionista	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Elo Holding Brasil Ltda.	2.511.157.588	100,000	–	–
Elo Participações Ltda.	–	–	1.433.106.586	57,070
Caixa Cartões Holding S.A.	–	–	1.039.993.806	41,415
Bradescard Elo Participações S.A.	–	–	38.057.196	1,515
	2.511.157.588	**100%**	**2.511.157.588**	**100%**

b. Reserva de Capital e Reserva de lucros

A reserva de capital é composta pela reserva legal. A reserva legal representa os valores constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Companhia poderá optar por não mais destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, ultrapassar 20% do capital social, o que ocorreu no exercício de 2022.

A reserva de lucros é composta pela reserva para expansão e pela reserva de lucros do período. Em 29 de abril de 2025 foi aprovada em assembleia geral ordinária a destinação dos lucros do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, sendo aprovada a destinação do saldo de R$ 148.446 para a reserva de expansão.

	2024	Transferência	Dividendos pagos	Constituição	2025
Reserva de capital					
Reserva legal	68.525	–	–	–	**68.525**
Reserva de lucros					
Reserva de expansão	127.422	148.446	–	–	**275.868**
Reserva de lucros do período	564.095	(148.446)	(415.649)	172.360	**172.360**
Total de reservas	**760.042**	**–**	**(415.649)**	**172.360**	**516.753**

c. Dividendos

Os acionistas têm direito a receber dividendos anuais de, no mínimo, 5% do lucro líquido do exercício podendo ser distribuído como dividendo e juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes, de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

Com a aprovação em Assembleia Geral da Companhia, a Companhia destina parte do seu lucro para a reserva de expansão, com o objetivo de manter as expectativas de crescimento e investimentos. Quando não utilizada, a reserva de expansão é distribuída como dividendo, após aprovação em Assembleia Geral da Companhia.

No final do exercício, a Companhia contabiliza o lucro acumulado em reservas de lucros até a deliberação da destinação lucro líquido pelo Conselho de Administração ad referendum a assembleia geral ordinária.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, no valor total de R$ 414.355, referente ao lucro acumulado nos nove primeiros meses do ano (janeiro a setembro de 2025). Deste montante, R$ 150.000 foram pagos em 15 de outubro de 2025, enquanto o saldo remanescente de R$ 264.355 foi provisionado como dividendos a pagar em dezembro de 2025.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29 de abril de 2025, houve a aprovação da distribuição dos dividendos aos acionistas no montante de R$ 445.338 (desse total, R$ 29.689 referentes aos 5% mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia foram provisionados como dividendos a pagar em dezembro de 2024) e a destinação do montante remanescente no valor de R$ 148.446 para constituição de reserva para expansão. O pagamento dos dividendos ocorreu no mesmo dia.

No final do exercício de 2024, a Companhia contabilizou o lucro acumulado (R$ 564.095) em reservas de lucros até a deliberação da destinação do lucro líquido pelo Conselho da Administração ad referendum a assembleia geral ordinária.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou a constituição dos dividendos mínimos requeridos conforme Estatuto Social.

Os dividendos por ação são calculados pela divisão da destinação do lucro líquido de 2025 (deliberada pelo Conselho de Administração ad referendum a assembleia geral ordinária e devidamente pago) pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro atribuído aos acionistas da Companhia	595.338	353.278	595.338	353.278
Número médio e final das ações ordinárias	2.511.157.588	2.511.157.588	2.511.157.588	2.511.157.588
Resultado básico e diluído por ação (em R$)	0,24	0,14	0,24	0,14

d. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período.

	Controladora		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro atribuído aos acionistas da Companhia	586.715	593.784	586.715	593.784
Número médio e final das ações ordinárias	2.511.157.588	2.511.157.588	2.511.157.588	2.511.157.588
Resultado básico e diluído por ação (em R$)	0,23	0,24	0,23	0,24

O lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação, uma vez que não há efeitos diluidores.

22. Imposto de renda e contribuição social

a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	**862.082**	**886.529**	**864.095**	**886.529**
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**293.108**	**301.420**	**293.792**	**301.420**
Efeito no cálculo dos tributos:				
Incentivos fiscais	(8.110)	(13.526)	(8.113)	(13.526)
Lei do Bem (a)	(16.152)	(3.562)	(16.152)	(3.562)
Equivalência patrimonial	(1.311)	–	–	–
Despesas não dedutíveis e outros	7.831	8.412	7.853	8.412
Imposto de renda e contribuição social	**275.367**	**292.745**	**277.380**	**292.745**
Impostos correntes	163.760	427.965	166.258	427.965
Impostos diferidos	111.607	(135.220)	111.122	(135.220)
Alíquota efetiva	**31,94%**	**33,02%**	**31,96%**	**33,02%**

(a) A Companhia realiza investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica. Como consequência, foram registrados benefícios fiscais relativos à dedução adicional de despesas com P&D e à redução do lucro antes dos impostos e da contribuição social.

Os ativos e passivos com impostos e contribuições sociais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda retido na fonte	3.897	4.139	3.901	4.139
Imposto de renda e Contribuição Social	48.072	25.021	48.208	25.021
Impostos a recuperar	**51.969**	**29.160**	**52.109**	**29.160**
Provisão de imposto de renda	16.806	2.664	18.038	2.664
Provisão de Contribuição social	7.865	5.342	8.309	5.342
Impostos a recolher	**24.671**	**8.006**	**26.347**	**8.006**

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito tributário. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

							Controladora
Descrição dos créditos diferidos	2023	Constituição	Realização	2024	Constituição	Realização	2025
Provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas	8.225	3.560	(2.660)	9.125	4.293	(1.885)	11.533
Provisão para participação nos lucros	16.580	14.676	(10.675)	20.581	19.835	(19.507)	20.909
Provisão para incentivos	27.088	286.924	(153.931)	160.081	69.432	(170.176)	59.337
Provisão para licença de uso, marketing e outras despesas gerais	14.263	83.740	(86.021)	11.982	59.548	(62.319)	9.211
Provisão para processamento e serviços	8.283	101.636	(94.473)	15.446	68.970	(79.184)	5.232
Provisão para imposto sobre receita	365	11.928	(11.336)	957	6.044	(6.407)	594
Receita diferida	10.624	374	(3.324)	7.674	6.201	(10.626)	3.249
Total do ativo	**85.428**	**502.838**	**(362.420)**	**225.846**	**234.323**	**(350.104)**	**110.065**
Provisão de receitas	(3.242)	(106.026)	100.764	(8.504)	(53.935)	57.316	(5.123)
Provisão para depósitos judiciais	(466)	(60)	–	(526)	–	526	–
Outros	(868)	(1.236)	1.360	(744)	(795)	1.062	(477)
Total do passivo	**(4.576)**	**(107.322)**	**102.124**	**(9.774)**	**(54.730)**	**58.904**	**(5.600)**
Total líquido dos impostos diferidos	**80.852**	**395.516**	**(260.296)**	**216.072**	**179.593**	**(291.200)**	**104.465**

							Consolidado
Descrição dos créditos diferidos	2023	Constituição	Realização	2024	Constituição	Realização	2025
Provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas	8.225	3.560	(2.660)	9.125	4.293	(1.885)	11.533
Provisão para participação nos lucros	16.580	14.676	(10.675)	20.581	20.067	(19.519)	21.129
Provisão para incentivos	27.088	286.924	(153.931)	160.081	69.432	(170.176)	59.337
Provisão para licença de uso, marketing e outras despesas gerais	14.263	83.740	(86.021)	11.982	59.756	(62.330)	9.408
Provisão para processamento e serviços	8.283	101.636	(94.473)	15.446	69.342	(79.484)	5.304
Provisão para imposto sobre receita	365	11.928	(11.336)	957	6.044	(6.407)	594
Receita diferida	10.624	374	(3.324)	7.674	6.201	(10.626)	3.249
Total do ativo	**85.428**	**502.838**	**(362.420)**	**225.846**	**235.135**	**(350.427)**	**110.554**
Provisão de receitas	(3.242)	(106.026)	100.764	(8.504)	(53.936)	57.316	(5.124)
Provisão para depósitos judiciais	(466)	(60)	–	(526)	–	526	–
Outros	(868)	(1.236)	1.360	(744)	(804)	1.068	(480)
Total do passivo	**(4.576)**	**(107.322)**	**102.124**	**(9.774)**	**(54.740)**	**58.910**	**(5.604)**
Total líquido dos impostos diferidos	**80.852**	**395.516**	**(260.296)**	**216.072**	**180.395**	**(291.517)**	**104.950**

c. Previsão de realização dos créditos tributários

Expectativa de realização	Controladora 2025	Consolidado 2025
2026	104.047	104.532
2027	288	288
2028	129	129
Total	**104.465**	**104.950**
VPL	**93.012**	**93.444**

23. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta transacional (a)	1.991.101	2.436.027	1.991.101	2.436.027
Receita bruta de serviços	163.350	113.650	164.739	113.650
Impostos s/ faturamento (ISS, PIS, COFINS)	(240.486)	(291.533)	(242.009)	(291.533)
Incentivos (a)	(314.671)	(554.147)	(314.671)	(554.147)
Receita Líquida	**1.599.294**	**1.703.997**	**1.599.160**	**1.703.997**
Receita líquida transacional (a)	1.454.321	1.603.133	1.452.955	1.603.133
Receita líquida de serviços	144.973	100.864	146.205	100.864

(a) A redução no período está relacionada ao maior preço praticado com partes relacionadas, devido à ausência, no período de janeiro a setembro de 2024, de contrato de incentivos com partes relacionadas.

24. Custo e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Processamento e Serviços (a)	(234.035)	(313.054)	(224.093)	(313.054)
Despesas com Pessoal (b)	(330.345)	(303.266)	(334.002)	(303.266)
Marketing e Publicidade (c)	(133.608)	(115.644)	(133.608)	(115.644)
Despesas corporativas (e)	(29.067)	(37.333)	(29.073)	(37.333)
Serviços de Terceiros (d)	(83.751)	(83.772)	(84.300)	(83.772)
Depreciação e Amortização	(27.529)	(40.001)	(27.551)	(40.001)
Outros	(2.361)	(1.062)	(2.361)	(1.062)
	(840.696)	**(894.132)**	**(834.988)**	**(894.132)**
Classificado em:				
Custos dos serviços prestados	(293.963)	(369.242)	(287.679)	(369.242)
Despesas com vendas	(210.800)	(189.979)	(210.800)	(189.979)
Despesas gerais e administrativas	(335.933)	(334.911)	(336.509)	(334.911)
	(840.696)	**(894.132)**	**(834.988)**	**(894.132)**

(a) Custos relacionados com transações, serviços com cliente e benefícios de cartões de crédito.

(b) Despesas com salários, treinamento, benefícios e encargos. Em relação às despesas com benefícios, estão incluídos os gastos com participação nos lucros e benefício de pensão.

(c) Substancialmente despesas com campanhas de marketing, mídia, eventos e patrocínios.

(d) Gastos com serviços de manutenção de licenças, consultoria, jurídicos e de auditoria

(e) Despesas com instalações, viagem, serviços de suporte, materiais de escritório e outros.

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras	98.839	79.971	99.151	79.971
Atualização de impostos a recuperar	4.794	5.273	4.794	5.273
Atualizações monetárias	2.050	–	2.050	–
Outras receitas	155	256	155	256
Total de receitas financeiras	**105.838**	**85.500**	**106.150**	**85.500**
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(5.020)	(4.129)	(5.034)	(4.129)
Despesas bancárias	(2.944)	(1.874)	(2.945)	(1.874)
Juros, atualizações monetárias e multas	(2.568)	(1.536)	(2.568)	(1.536)
Descontos concedidos	(259)	(539)	(259)	(539)
Juros de arrendamentos	(298)	(153)	(303)	(153)
Total de despesas financeiras	**(11.089)**	**(8.231)**	**(11.109)**	**(8.231)**
Resultado com variação cambial	(2.500)	1.581	(2.500)	1.581
Resultado financeiro	**92.249**	**78.850**	**92.541**	**78.850**

26. Gerenciamento de risco

26.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de mercado. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro de suas operações.

A gestão de Risco do Grupo é realizada seguindo o modelo de três linhas de defesa para implantação e monitoramento do sistema de controles internos, sendo a primeira linha de defesa formada pelas áreas de negócio, principais responsáveis pelo gerenciamento dos riscos, processos, sistemas e controles sob sua gestão; a segunda linha de defesa contempla atividades desempenhadas pelas áreas de governança do ambiente de controles, desenvolvida pela Diretoria de Segurança da Informação, Compliance, Riscos, Ouvidoria e Canal de Ética; a terceira linha é composta pela auditoria interna que tem como principal responsabilidade monitorar e avaliar os controles internos e procedimentos estabelecidos pelos administradores, e se reporta diretamente ao Conselho de Administração por intermédio do Comitê de Auditoria.

a. Risco de liquidez

É o risco em cumprir as obrigações associadas aos passivos financeiros que no momento do vencimento deverão ser liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro suficientes.

A abordagem da administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis.

O excesso de caixa mantido pelo Grupo, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerenciado pela Tesouraria. Na data do balanço, o Grupo não manteve aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) (31 de dezembro de 2024 - R$ 110.752) e possuía aplicações em fundos de investimento em renda fixa de R$ 716.953 (31 de dezembro de 2024

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ELO SERVIÇOS S.A. PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

→ continuação

iii. falhas na autorização das transações de pagamento;
iv. fraudes internas;
v. fraudes externas;
vi. demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
vii. práticas inadequadas relativas a usuários finais, produtos e serviços de pagamento;
viii. danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Grupo;
ix. ocorrências que acarretem a interrupção das atividades da instituição de pagamento ou a descontinuidade dos serviços de pagamento prestados;
x. falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
xi. falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

26.2 Estimativa de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

Segundo o CPC/IFRS, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Nível 2: o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

Nível 3: se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Os demais ativos financeiros são mensurados ao valor justo, que é igual ao valor contábil.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos de acordo com o método de avaliação:

	Consolidado							
	2025				2024			
	Valor Contábil	Valor Justo	Mensu-ração	Nível	Valor Contábil	Valor Justo	Mensu-ração	Nível
Ativos Financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa - Fundos de investimentos	716.953	716.953	VJR	2	900.006	900.006	VJR	2
Caixa e equivalentes de caixa - Certificados de depósito bancário	–	–	VJR	2	110.752	110.752	VJR	2
Contas a receber	248.645	248.645	CA	2	232.969	232.969	CA	2
Outros créditos	3.464	3.464	CA	2	3.898	3.898	CA	2
Total de Ativos Financeiros	**969.062**	**969.062**			**1.247.625**	**1.247.625**		
Passivos Financeiros								
Dividendos a Pagar	264.355	264.355	VJR	2	29.689	29.689	VJR	2
Incentivos Financeiros	189.126	189.126	CA	2	485.031	485.031	CA	2
Fornecedores	68.611	68.611	CA	2	33.310	33.310	CA	2
Passivos de arrendamentos	1.804	1.804	CA	2	3.826	3.826	CA	2
Outras contas a pagar	35.950	35.950	CA	2	79.473	79.473	CA	2
Total de Passivos Financeiros	**559.846**	**559.846**			**631.329**	**631.329**		

Não houve transferência entre níveis durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - nível 2

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

• O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável.
• Para outros instrumentos financeiros - análise de fluxo de caixa descontado.

O Grupo atualmente não possui derivativos ou instrumentos de hedge.

Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não possuía instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado.

26.3 Compensação de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não possuía acordo de compensação de instrumentos financeiros.

27. Transações não caixa

		Controladora		Consolidado	
	Note	2025	2024	2025	2024
Passivo de arrendamento	13.1	298	3.952	303	3.952
Transações de investimentos não caixa		**298**	**3.952**	**303**	**3.952**

28. Cobertura de seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2025/2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

		Montante da cobertura	
Bens segurados	**Riscos cobertos**	**2025**	**2024**
Patrimônio	Incêndio/Raio/Explosão	32.463	32.463
	Perda Pagamento Aluguel Básica	527	527
	Vendaval Fumaça	100	100
	Danos Elétricos	60	60
	Roubo	30	30
	Vidros	10	10
	Alagamentos e inundação	50	50
	RC - Estabelecimento Comercial - Operações	100	100
	Sistema de incêndio	50	50
	Ruptura de Tubulações	50	50
	Equipamentos	50	50
D&O	Responsabilidade Civil de Administradores, Diretores e/ou Conselheiros	100.000	100.000

A ADMINISTRAÇÃO

Giancarlo Greco
Diretor Presidente

Mariana Leguthe Taddeo
Vice-Presidente de Finanças

CONTADOR

Ralny Pereira Maia
CRC 1SP-295122/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho da Administração e aos Acionistas da
Elo Serviços S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elo Serviços S.A. ("Companhia" ou "Elo"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elo Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita bruta transacional

Conforme Notas n° 3.10 e 23, a receita operacional da Elo Serviços S.A. é composta por três tipos de receita: transacional, deduzida dos incentivos, e de serviços.

Consideramos o reconhecimento da receita transacional como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos saldos e aos diferentes tipos de contratos com emissores e credenciadores, do volume de transações, e da relevância de tecnologia da informação e de informações de terceiros para o monitoramento do volume das transações e do consequente reconhecimento da receita.

As receitas transacionais são provenientes das comissões com os emissores e credenciadores de cartões de débito e crédito, calculadas com base no volume das transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos com a bandeira ELO.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados aos processos de aprovação dos contratos, validação dos *fees* praticados com os emissores e credenciadores utilizados como base para o cálculo das receitas.

Adicionalmente, o desenho dos controles internos automatizados de monitoramento e controle do volume de transações, foram avaliados com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação.

Para a receita transacional, incentivos e receita de serviços, efetuamos procedimentos que compreenderam a reconciliação dos relatórios analíticos com os saldos contábeis e a inspeção da documentação suporte, com base em amostragem, bem como a validação das respectivas liquidações financeiras, quando aplicável.

Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis o reconhecimento da receita operacional líquida e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standars*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou unidade de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Juliana Viegas Scardoa
Contadora CRC 1SP295328/O-2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 14/02/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/14/ELO1587690214022026.pdf

Hash:1771011720b4de5b046e384895a94d793699da3459